

5 anos da
Lei Maria da Penha:

05 de Agosto

2011

Comemoramos nossas conquistas exigindo direitos para
todas nós

Cinco anos de Lei Maria da Penha: Comemoramos nossas conquistas e repudiamos as desigualdades!

Nós mulheres chegamos aos dias de hoje com a sensação de que muita coisa melhorou em nossas vidas em relação a gerações anteriores. Podemos votar, podemos dirigir e usar calça, podemos trabalhar, conquistamos uma lei que nos protege contra violência doméstica e familiar e não precisamos mais de autorização formal de pais e maridos para fazer negócios. Tudo isso foi conseguido com a luta das próprias mulheres, brancas, negras, indígenas, do campo, urbanas, trabalhadoras de casa, das empresas, das ruas...

Essa comparação com o passado faz muitas de nós – e muitos homens também – acreditarem que “não temos do que reclamar” e que o feminismo está superado. Mas, quando percebemos que as mulheres são diferentes entre si e comparamos nossa condição com a d@s homens, branc@s e camadas privilegiadas da nossa sociedade, temos a sensação de que ainda vamos ter que lutar muito para viver em um mundo mais igual, justo e no qual todas nós possamos nos sentir seguras e respeitadas.

Em se tratando da violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é uma grande conquista de todas as brasileiras. Criada há 5 anos, no dia 07 de agosto de 2006, ela não existiria sem a garra do movimento feminista e dos movimentos de mulheres, que, indignadas com a negligência com que éramos tratadas, exigiram do Estado brasileiro a criação de um mecanismo que reconhecesse a violência doméstica e familiar como uma afronta a nossos direitos humanos e nos protegesse.

Uma grande vitória que não pode ser traduzida em números: hoje, tod@s sabem que bater em mulher é crime! As/os mais jovens crescem ouvindo isso e, felizmente, muita gente não aceita ouvir que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Muitos homens, por medo ou reflexão (ou pelos dois) desistiram de agredir suas companheiras e muitas mulheres tomaram coragem de denunciar a violência. Tudo isso parece muito óbvio, e é até inacreditável pensar que não era assim há 5 anos atrás.

No dia 5 de agosto comemoramos todas essas mudanças! E nos perguntamos: todos esses avanços foram suficientes para garantir direitos plenos a todas e acabar com desigualdades? A resposta é um sonoro NÃO! O que, infelizmente, não é muito

surpreendente, já que uma lei pode fazer muito, mas não pode acabar de uma vez por toda com a mentalidade machista e racista que ainda existe na sociedade e no Estado.

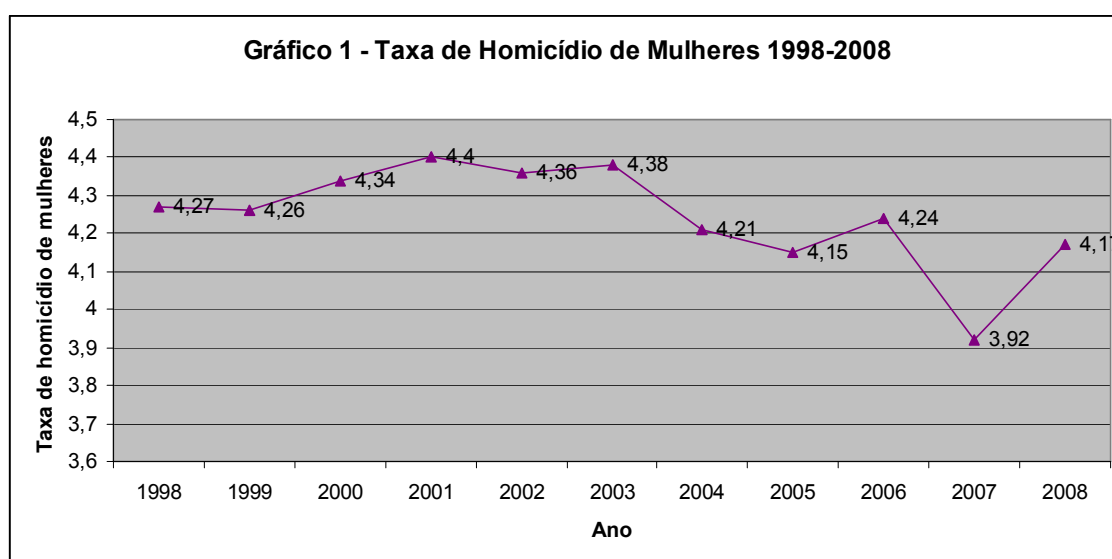
As mulheres são todas iguais? O que os números nos dizem

Hoje em dia, contamos com metodologias muito refinadas para pesquisar sobre quase todos os aspectos das relações sociais. Ainda assim, os governos nunca se preocuparam em fazer uma pesquisa ampla, de qualidade, para saber mais sobre a violência contra as mulheres. Isso já mostra que enfrentar esse problema não é uma prioridade.

E o problema não é pequeno: os dados existentes apontam que 43% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar. Ou seja, quase metade de todas as pessoas do sexo feminino.

Os dados de homicídio são os mais fáceis de obter e, por isso, sempre são coletados pelos poderes públicos. Eles também são muito úteis porque servem para indicar que outras formas de violência estão acontecendo. Isso porque os homicídios, especialmente os de mulheres, costumam ser antecidos por várias outras formas de violência. Uma vez que 70% dos homicídios de mulheres são cometidos em âmbito doméstico e familiar, eles podem nos dar alguns indícios sobre a evolução do problema que a Lei Maria da Penha busca enfrentar.

No Brasil, a taxa de homicídio de mulheres, que é o número de pessoas vítimas de homicídios a cada 100 mil habitantes, diminuiu muito pouco entre 1998 e 2008, como podemos ver no Gráfico abaixo:



Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: CFEMEA

Após uma pequena queda em 2007, a taxa voltou quase ao mesmo patamar de 1998.

A tabela a seguir nos dá um panorama da taxa de homicídios de mulheres nos estados e no Distrito Federal.

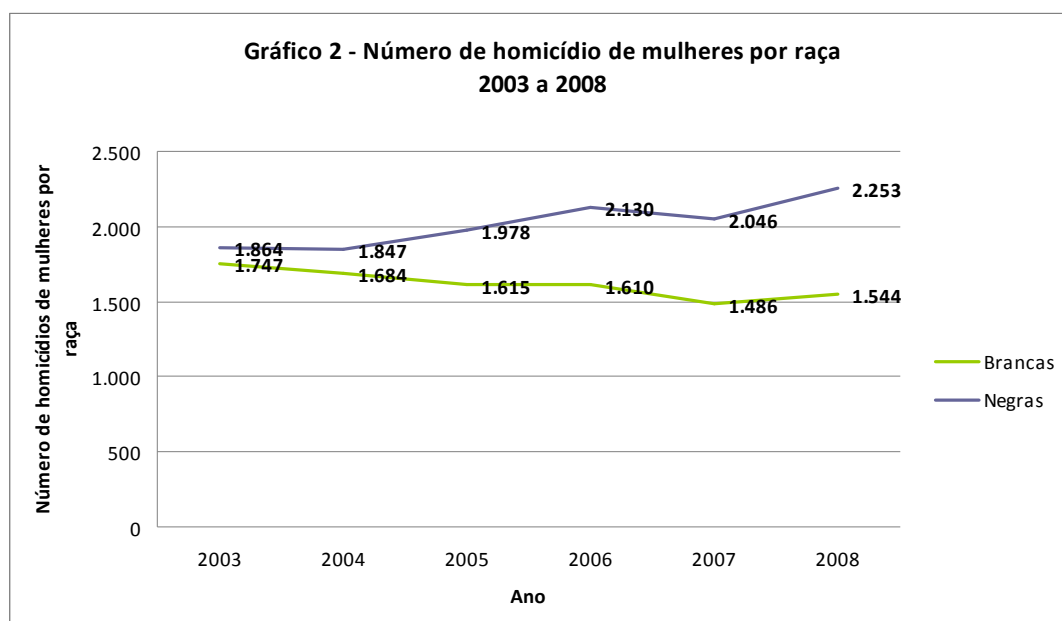
Tabela 1 – Ordenamento das UF por taxa de homicídio feminino. Brasil. 1998/2008

UF	1998		2008	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Espírito Santo	11,3	1º	10,9	1º
Roraima	9,5	2º	7,7	2º
Pernambuco	7,1	7º	6,6	3º
Mato Grosso	8,3	3º	5,8	4º
Paraná	3,8	13º	5,7	5º
Goiás	3	17º	5,5	6º
Distrito Federal	5,9	8º	5,4	7º
Rondônia	7,3	5º	5,3	8º
Alagoas	3,2	16º	5,2	9º
Mato Grosso do Sul	7,2	6º	5	10º
Pará	2,3	20º	4,5	11º
Rio de Janeiro	7,9	4º	4,5	12º
Paraíba	2,4	19º	4,4	13º
Amapá	5,7	10º	4,3	14º
Bahia	1,5	24º	4,2	15º
Acre	4,7	11º	4,1	16º
Rio Grande do Sul	3,6	14º	3,9	17º
Amazonas	4,3	12º	3,8	18º
Rio Grande do Norte	1,5	25º	3,8	19º
Minas Gerais	2,3	21º	3,7	20º
Sergipe	1,6	22º	3,4	21º
Tocantins	3,5	15º	3,3	22º
São Paulo	5,8	9º	3,2	23º
Santa Catarina	2,7	18º	2,8	24º
Ceará	1,6	23º	2,7	25º
Maranhão	1,1	27º	2,6	26º
Piauí	1,4	26º	2,5	27º

Fontes: SIM/SVS/MS; Elaboração: Mapa da Violência 2011

Uma pequena variação nas taxas apresentadas indica um aumento considerável na proporção de mulheres vítimas de homicídio. As linhas cinza mostram os 13 estados em que isso ocorreu.

Como vivemos em uma sociedade racista, podemos nos perguntar: será que os números são iguais para mulheres brancas e negras? Dados inéditos editados pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz a pedido do CFEMEA mostram que não. Eles mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta.



Fontes: SIM/SVS/MS; Elaboração: Julio Jacobo Waiselfisz e CFEMEA

Olhando para as taxas de homicídios de brancas e negras, que trazem um quadro mais aproximado da realidade, temos:

Tabela 2 - Taxa de homicídios femininos por raça/cor e Índices de Vitimização segundo UF. Brasil. 2008.

Taxas (em 100 mil)		Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%)
Branças	Negras	
3,2	4,7	45,7

Fontes: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfisz

Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas¹!

Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos.

¹ Infelizmente, não é possível obter os dados relativos aos anos anteriores devido a problemas de estimativa do número de mulheres brancas e negras nas UFs.

Por um lado, é possível que as mulheres negras estejam sendo mais agredidas, resta saber se na rua, em casa, ou em ambos. Ainda que existam muitas resistências e imagens alternativas, nossa cultura tende a retratar as mulheres negras como criaturas erotizadas, bestializadas, instintivas, que devem ser capazes de “agüentar tudo”, quase como animais. Não são valorizadas como seres humanos que contribuem para a sociedade, e seu espaço social acaba restrito a funções sexuais para servir aos homens. Para muit@s, as mulheres negras são descartáveis e, por isso, podem apanhar e morrer.

Além disso, a maior parte das mulheres pobres e que vivem em territórios violentos são negras, o que as torna mais sujeitas a diversos tipos de violência e dificulta seu acesso a delegacias, casas-abrigo, assessoria jurídica, etc.

Por outro lado, essas imagens negativas atreladas às mulheres negras também contaminam parte do Poder Judiciário, das estruturas policiais e de outros órgãos que deveriam atender as mulheres que sofrem violência. É o chamado “racismo institucional”, que nos impede de acessar nossos direitos e acaba nos impondo outra forma de violência.

Mesmo assim, o que vemos ao nosso redor, é que as mulheres negras não se calam. Em nossa multiplicidade, trabalhamos, produzimos inúmeras formas de saber e de riquezas, conquistamos espaços para afirmação da nossa beleza e para gozo do nosso lazer, e sobretudo, lutamos para ter uma vida digna.

Mulheres unidas pela igualdade e pela liberdade

Nós, mulheres, queremos direitos para todas! Queremos políticas públicas e mecanismos legais que continuem diminuindo o ainda elevado número de homicídios e agressões às mulheres brancas. E também queremos que esses mesmos instrumentos garantam os direitos e a dignidade de negras e indígenas.

Queremos andar livremente pelas ruas a qualquer hora do dia e da noite e com a roupa que desejarmos, como reivindicamos na Marcha das Vadias! Queremos ter autonomia e não aceitamos ser tratadas como inferiores.

É por isso que, em 2011, celebramos a Lei Maria da Penha como uma grande conquista de todas. Considerada uma das melhores leis do mundo para assegurar uma vida livre de violência às mulheres, ela deve ser implementada, e não alterada. Para isso,

reivindicamos dos governos federal, estaduais e municipais a expansão dos serviços, políticas e equipamentos públicos que garantam sua aplicação. Eles ainda estão muito longe de atender as necessidades das brasileiras, o que coloca a vida de muitas em risco. Não podemos mais ser ignoradas pelas políticas de Segurança Pública.

Queremos um Poder Judiciário democrático, que, em vez de reproduzir o racismo e machismo de nossa sociedade, contribua para sua superação. Temos denunciado e vamos continuar nos posicionando, junto com @s aliad@s que temos ali, contra decisões machistas que culpam as mulheres pela violência que elas sofrem e que recusam os mecanismos legais inovadores que batalhamos tanto para criar.

Repudiamos todas as formas de desigualdades e damos continuidade à luta pelo fim do racismo. Queremos que os poderes públicos finalmente ouçam as vozes das mulheres negras e indígenas e reconheçam as inúmeras formas de desigualdade e discriminação que as atinge. E que o Estado se dedique a promover nossos direitos. Uma vida sem violência é direito de todas.

Pensando nas mulheres negras, a AMB lançou em seu Encontro Nacional deste ano uma campanha pelo fim da violência contra as mulheres negras, focada na valorização da beleza de nossos cabelos. Muitos agrupamentos em diversas regiões já aderiram e estão produzindo materiais e realizando oficinas e “cabelços” públicos.

Sabemos que fomos capazes de avançar muito, mas que nós mulheres temos, sim, muito a conquistar. É por isso que seguimos nossa luta feminista e gritamos bem alto para quem quiser ouvir: queremos uma sociedade justa e igualitária para tod@s!

Ana Claudia Pereira

Consultora do CFEMEA/Integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)